

No país das armadilhas

Rafaela Lacerda · 20.10.2026

ECONOMIA · SOCIEDADE · POLÍTICA

A revisão à lei do arrendamento que desceu à especialidade no Parlamento poderá parecer desajustada e desenhada por alguém que não tem a mínima noção de como governar um país; está bem patente para quem esta lei está feita e a quem beneficia — senhorios, fundos imobiliários, grupos económicos detentores de imóveis e todos os que vivem do negócio imobiliário.

«O respeitinho é muito lindo

E nós somos um povo de respeito, né filho?

Nós somos um povo de respeitinho muito lindo

Sáímos à rua de cravo na mão

Sem dar conta de que saímos à rua de cravo na mão

A horas certas, né filho?», canta José Mário Branco no seu FMI.

Povo ordeiro e de brandos costumes, diz-se muitas vezes do nosso país, à laia de elogio, quando o assunto é uma revolução, uma manifestação, um protesto. Até a liberdade foi conquistada com cravos, acrescentam com bonomia, como se a luta ficasse mal ao povo da nação valente e imortal.

E o povo andava anestesiado e conformado com uma das maiores crises por que este país passa e que afecta estrutural e transversalmente todos os sectores da sociedade, da saúde à educação, da precariedade laboral à habitação, passando pelos direitos humanos mais básicos como a identidade cultural, sexual e religiosa de cada um de nós. Os problemas são tantos em tantas vertentes que o povo, cansado, se limitava a sobreviver obediente, sem alterações contra quem o (des) governa e acha que pode fazer dele o que quiser para gáudio do grande capital.

No entanto, há um dia em que o povo diz basta e, despertando do torpor em que se encontra, sai à rua a exigir um direito tão essencial como o ar que respira — uma casa para viver. E, pasme-se, a afronta que tal causa, o vil ataque que cai sobre o governo, a hecatombe que se verifica ante o protesto dos manifestantes, que, pacatos e ordeiros, se vêem alvo de uma feroz carga plena de violência por parte da polícia, numa clara demonstração de força e poderio por parte das autoridades policiais contra manifestantes desarmados e obedientes, após os meios de comunicação social saírem e não haver

possibilidade de registo dos acontecimentos, a não ser pelos telemóveis dos participantes.

De pronto veio a resposta do Primeiro-Ministro à brutalidade policial: um pedido. Mas não à força autoritária, como seria sensato e demonstrador do mínimo de respeito pelo povo que governa. Antes ao povo atacado. Um pedido para não ser egoísta e não importar comportamentos de outros, uma vez que o nosso país não tem turbulências que o justifiquem. Num tom paternalista e descredibilizador, a lembrar o bafiento «não sejam piegas» que Pedro Passos Coelho atirou aquando da Troika e do cinto que daria sempre para apertar mais um pouquinho. Que comportamentos? O direito a manifestar-se para ter um tecto, uma casa, um direito consagrado na Constituição?

Logo vieram alguns meios de comunicação dar atenção ao pretenso tijolo que alguém queria atirar à casa do Primeiro-Ministro (resta saber a qual, dado o rol de imóveis de que é proprietário), logo vieram as atenções aos discursos toscos de alguns, poucos, participantes nos protestos, como se fossem representativos de todos os outros, logo vieram imagens do modo de vestir de um ou outro intervenientes, como se a roupa definisse o propósito da manifestação. Tudo faits divers irrisórios, cujo único propósito é desviar a atenção do real problema, neste caso, a crise na habitação.

A revisão à lei do arrendamento que desceu à especialidade recentemente na Assembleia da República poderá parecer, à primeira vista, desajustada e desenhada por alguém que não sabe o que está a fazer, que não tem a mínima noção de como governar um país; no entanto, está bem patente para quem esta lei está feita e a quem vem beneficiar — os senhorios, os fundos imobiliários, os grupos económicos detentores de imóveis e todos os que vivem do negócio imobiliário, no qual já não tem cabimento o povo.

A revisão à lei do arrendamento que desceu à especialidade recentemente na Assembleia da República poderá parecer, à primeira vista, desajustada e desenhada por alguém que não sabe o que está a fazer, que não tem a mínima noção de como governar um país; no entanto, está bem patente para quem esta lei está feita e a quem vem beneficiar — os senhorios, os fundos imobiliários, os grupos económicos detentores de imóveis e todos os que vivem do negócio imobiliário, no qual já não tem cabimento o povo, que a única coisa de que precisa é de uma casa para viver, sem fazer disso um negócio lucrativo. A aparente falta de sentido governativo não é incompetência é uma estratégia muito bem montada e articulada com quem lucra de facto com tudo isto. E, na continuação deste saque programado, temos um partido que se diz anti-sistema e que é o maior suporte deste sistema capitalista em que vivemos: o Chega. A revisão à lei do arrendamento foi aprovada graças à descarada abstenção do Chega. E, hipocritamente, uns dias depois, André Ventura vem advogar a criação de um pacote legislativo extraordinário para combater a crise na habitação, como se ele e o seu partido não fossem alguns dos responsáveis pelo que está a acontecer.

Vivemos no país das armadilhas, da retórica enviesada e da desfaçatez encapotada de preocupação com o povo, em que políticos e alguma comunicação social manipulam a opinião e o discernimento populares, numa desinformação desmedida e amplificada até à exaustão pelos algoritmos das redes sociais, servos dos grandes grupos económicos.

Só nos resta a luta, o não baixar os braços e o não permitir que pensem por nós nem corrompam a nossa integridade com armadilhas plantadas a cada esquina. Caso contrário, a extrema-direita agradece. E já vimos o resultado disso.